

Varejo Participações Societárias S.A.

Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e aos acionistas da
Varejo Participações Societárias S.A.
Rio de Janeiro – RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Varejo Participações Societárias S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Varejo Participações Societárias S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

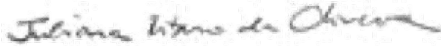
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 11 de junho de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Juliana Ribeiro de Oliveira
Contadora CRC RJ-095335/O-0

Varejo Participações Societárias S.A.

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	32.636	181.007
Impostos e contribuições a recuperar	6	1.670	-
Total do Ativo		34.306	181.007
Ativo			
Não Circulante			
Investimentos	7	172.714	-
Total do Ativo Não circulante		172.714	-
Total do Ativo		207.020	181.007
Passivo			
Circulante			
Impostos e contribuições a recolher	8	14	1.031
Juros sobre o capital próprio a pagar	10 e 16	3.300	1.500
Obrigação por aquisição de investimentos	9	15.921	-
Total do Passivo		19.235	2.531
Passivo			
Não-Circulante			
Obrigação por aquisição de investimentos	9	15.476	-
Total do Passivo Não-circulante		15.476	-
Patrimônio líquido			
Capital social	10	176.000	176.000
Reserva de lucros	10	-	2.476
Prejuízo do exercício		(3.691)	-
Total do Patrimônio Líquido		172.309	178.476
Total do passivo e patrimônio líquido		207.020	181.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Varejo Participações Societárias S.A.

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de período de 4 de outubro de 2022
(data de início das operações) a 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota	2023	2022
Ajuste ao valor justo de investimentos	7	(9.786)	-
Despesas gerais e administrativas	11	<u>(549)</u>	<u>(268)</u>
Prejuízo antes do resultado financeiro		<u>(10.335)</u>	<u>(268)</u>
Receitas financeiras	12	10.207	5.496
Despesas financeiras	12	(2.399)	(1)
Resultado financeiro líquido		<u>7.808</u>	<u>5.495</u>
(Prejuízo)/Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(2.527)</u>	<u>5.227</u>
Imposto de renda e contribuição social	13	<u>(1.840)</u>	<u>(1.251)</u>
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício/período		<u>(4.367)</u>	<u>3.976</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Varejo Participações Societárias S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de período de 4 de outubro de 2022
(data de início das operações) a 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	2023	2022
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício/período	(4.367)	3.976
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício/período	<u>(4.367)</u>	<u>3.976</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Varejo Participações Societárias S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de período de 4 de outubro de 2022 (data de início das operações) a 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
4 de outubro de 2022	-	-	-	-	-
Integralização de capital	176.000	-	-	-	176.000
Lucro líquido do período	-	-	-	3.976	3.976
Destinação de resultados:					
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(1.500)	(1.500)
Constituição de reserva legal	-	198	-	(198)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	2.278	(2.278)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	176.000	198	2.278	-	178.476
Prejuízo do exercício	-	-	-	(4.367)	(4.367)
Destinação de resultados:					
Juros sobre capital próprio	-	-	(1.800)	-	(1.800)
Absorção de prejuízo com reservas de lucro	-	(198)	(478)	676	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	176.000	-	-	(3.691)	172.309

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Varejo Participações Societárias S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de período de 4 de outubro de 2022
(data de início das operações) a 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	2023	2022
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício	(4.367)	3.976
Ajustes sobre o resultado líquido:		
Ajuste ao valor justo do investimento	9.786	-
Juros com obrigações a pagar	2.397	-
	7.816	3.976
Variações nos ativos e passivos:		
Impostos e contribuições a recuperar	(1.670)	-
Impostos e contribuições a recolher	463	1.345
Caixa líquido (usado) / gerado nas atividades operacionais	(1.207)	1.345
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.480)	(314)
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	5.129	5.007
Aquisição de investimento	(153.500)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(153.500)	-
Aumento de capital social	-	176.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	-	176.000
(Redução)/Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(148.371)	181.007
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/período	181.007	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício/período	32.636	181.007
(Redução)/Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(148.371)	181.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Varejo Participações Societárias S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, domiciliada no Brasil e sediada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 14º andar, Jardim Paulistano, São Paulo, no Estado de São Paulo. A Companhia foi constituída em 5 de abril de 2022 e tem por objeto social a participação em outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras.

Em 27 de abril de 2023 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a aquisição de 6,02% da CVLB Brasil S.A. (antiga Lojas Le Biscuit S.A.) (“Investida”) pelos montantes de R\$ 182.500, os quais foram integralizados pela Companhia da seguinte forma: (i) R\$101.300 integralizados em até 10 dias úteis a partir da aprovação da AGE e, (ii) R\$ 31.200 integralizados através de contrato de mútuo entre a Varejo Participações Societárias S.A. e Casa & Video do Brasil S.A. em 26 de abril de 2023; (iii) R\$ 21.000 integralizados no ato da assinatura do contrato e; (iv) R\$ 29.000 integralizados em até 24 meses, com vencimento em 15 de abril de 2026.

A Companhia é controlada pelo fundo de investimento Vinci Capital Partners II C Fundo de Investimento em Participações.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

a. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em [...] de junho de 2024.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo por meio do resultado (VJR).

c. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos – mensuração a valor justo

Ao mensurar o valor justo, a Companhia usa dados não observáveis de mercado. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na Nota Explicativa nº 7.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis dos investimentos em companhias de capital fechado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão incluídas na Nota Explicativa nº 7.

e. Normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não espera que elas possam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 01 de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.

As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da Companhia que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras.

A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota 4 Políticas contábeis materiais (2022: Resumo das principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações."

4 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia em todo o exercício apresentado nessas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis a qualquer tempo e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras são registradas ao valor de custo, acrescido dos

rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do exercício.

b. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (Outros Resultados Abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a

Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado exercício de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui nenhum instrumento derivativo em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

c. Provisões

São reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com segurança.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita e despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal para melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

f. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

- Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras e não se espera tenham um impacto significativo: Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *Covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1)
- Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)
- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16);
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

5 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o saldo é composto da seguinte forma:

	2023	2022
Caixa	22	1
Aplicações financeiras*	32.614	181.006
Total	32.636	181.007

*As aplicações financeiras são constituídas por certificados de depósitos bancários (“CDBs”) mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa a curto prazo, e não de investimento e outros fundos. Possuem liquidez imediata, que podem, a qualquer momento, ser resgatados antecipadamente a critério da Companhia, sem perda de principal e juros auferidos até a data do resgate e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2023 a remuneração média anual das aplicações da Companhia referente aos CDB’s é de 101% (2022: 101%) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

6 Impostos e contribuições a recuperar

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia apresenta os seguintes saldos classificados como impostos e contribuições a recuperar:

	2023	2022
PIS/COFINS e CSLL a recuperar	52	-
IRRF a recuperar	1.618	-
Total	1.670	-

7 Investimentos

Em 27 de abril de 2023, a Companhia concluiu a aquisição de 6,02% da Investida pelos montantes de R\$ 182.500, os quais foram integralizados pela Companhia da seguinte forma: (i) R\$101.300 integralizados em até 10 dias úteis a partir da aprovação da AGE e, (ii) R\$ 31.200 integralizados através de contrato de mútuo; (iii) R\$ 21.000 integralizados no ato da assinatura do contrato e; (iv) R\$ 29.000 integralizados em até 24 meses após a assinatura do contrato.

	2023
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
Aporte de Capital na Investida	182.500
Ajuste ao valor justo	(9.786)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	172.714

a) Determinação do valor justo da Investida

A Investida foi avaliada pela Wulaia Consultoria e Assessoria Financeira Ltda. (“Wulaia”) que emitiu laudo de avaliação com data-base em outubro de 2023. A avaliação foi elaborada baseada nos dados disponíveis no mercado. Os especialistas da Wulaia contratados possuem equipe técnica qualificada com experiência no setor de varejo, sendo responsáveis por realizar diversas avaliações de empresas do ramo.

No presente laudo foi adotado o método de renda a partir do fluxo de caixa descontado para o período explícito da projeção e o cálculo do seu valor presente.

Adicionalmente, foi considerado o valor residual do negócio após o período explícito, sendo o valor residual calculado com base no conceito de perpetuidade (modelo de Gordon), no qual é estimado um fluxo perpétuo descontado a valor presente, com as seguintes premissas:

A metodologia está baseada na geração de fluxo de caixa descontado;

O fluxo de caixa livre foi projetado analiticamente para um período de 7 anos, de novembro de 2023 até 2030, e considerou-se a perpetuidade após o último ano, com a expectativa de crescimento de 3% ao ano.

O fluxo foi projetado em moeda corrente, e o valor presente foi calculado com a taxa de desconto nominal (considerando-se a inflação);

A taxa de desconto foi calculada pela metodologia WACC (*Weighted Average Cost of Capital*), modelo no qual o custo de capital é calculado pelo média ponderada do valor de mercado dos componentes da estrutura de capital (próprios e terceiros), chegando ao valor de taxa nominal de 14,10%.

b) Hierarquia do valor justo

Esta seção explica os julgamentos e estimativas feitos na determinação dos valores justos dos instrumentos financeiros que são reconhecidos e mensurados pelo valor justo por meio do resultado nas demonstrações financeiras. Para fornecer uma indicação sobre a confiabilidade dos insumos utilizados na determinação do valor justo, o grupo classificou seus instrumentos financeiros nos três níveis prescritos pelas normas contábeis. Veja abaixo a tabela com a hierarquia do valor justo de cada ano:

31/12/2023				
<i>Mensuração ao VJR</i>	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros				
Investida	-	-	172.714	172.714
Ativos financeiros – Total	-	-	172.714	172.714

Nível 1 - O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data de balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Não há ativos financeiros em 31 de dezembro de 2023 e 2022 classificados ao Nível 1 na Companhia.

Nível 2 - O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnica de avaliação. Essas técnicas maximizam o uso dos dados

adotados pelo mercado em que está disponível e confia o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Não há ativos financeiros em 31 de dezembro de 2023 e 2022 classificados ao Nível 2 na Companhia.

Nível 3 – Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

8 Impostos e contribuições a recolher

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia apresenta os seguintes saldos classificados como impostos e contribuições a recolher:

	2023	2022
PIS/COFINS e CSLL a recolher	14	118
IRRF a recolher	-	913
Total	14	1.031

Movimentação de impostos e contribuições a recolher

Saldo Inicial em 4 de outubro de 2022	-	
Provisão/(compensação) de impostos (PIS/COFINS e CSLL)	1.345	
Pagamentos de impostos	(314)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.031	
Provisão/(compensação) de impostos (PIS/COFINS e CSLL)	463	
Pagamentos de impostos	(1.480)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	14	

9 Obrigação por aquisição de investimentos

A aquisição da investida foi concluída em 27 de abril de 2023, sendo parte do pagamento realizado à vista e o saldo remanescente no montante de R\$ 29.000 a pagar através de parcela a prazo.

	2023	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	
Obrigação assumida da aquisição	29.000	
Despesas financeiras do exercício	2.397	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	31.397	
Curto prazo	15.921	
Longo prazo	15.476	

10 Patrimônio líquido

a. Capital social

A Companhia foi constituída com o capital social de R\$100 (cem reais) dividido em 100 (cem) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1 (um real) cada ação.

Em 21 de setembro de 2022 foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R\$176.000 através da emissão de 176.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022, no valor de R\$176.000, está representado por 176.000.100 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$1,00 cada, totalmente subscritas e integralizadas.

b. Reserva de lucros

A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária na base de 5% de lucro líquido do exercício, quando existir, até atingir 20% do capital social.

O lucro líquido, quando existir, após as deduções, reservas e provisões legais e destinação de dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social da Companhia, terão a destinação que for determinada por deliberação dos acionistas em Assembleia.

c. Dividendos e Juros sobre capital próprio

O Estatuto Social da Companhia não estabelece a obrigatoriedade de distribuição mínima de lucros.

Ao acionista está assegurado um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 50% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação em vigor.

Em 20 de dezembro de 2022 foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$1.500, correspondente a R\$0,0085 por ação, relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2022. Os valores relativos a juros sobre capital próprio foram imputados aos dividendos obrigatórios relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$1.500 permanece a pagar.

Em 30 de abril de 2023 foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$1.800, correspondente a R\$0,0102 por ação, relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2023 o montante de R\$3.300 permanece a pagar.

11 Despesas gerais e administrativas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o saldo é composto da seguinte forma:

	2023	2022
Serviço de contabilidade	27	11
Serviços de informática	1	1
Outras despesas administrativas	521	256
Total	549	268

12 Resultado financeiro

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o saldo é composto da seguinte forma:

	2023	2022
Rendas de aplicações financeiras - CDB	10.207	5.496
Despesas financeiras com obrigações a pagar	(2.397)	-
Outras despesas financeiras	(2)	(1)
Total	7.808	5.495

13 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a conciliação de despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais é demonstrada a seguir:

	2023	2022
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(2.527)	5.227
Juros sobre capital próprio	(1.800)	(1.500)
Ajuste a valor justo	9.786	-
Lucro ajustado	5.459	3.727
Taxa nominal - %	34%	34%
Impostos de renda e contribuição social calculado pela taxa nominal	(1.840)	(1.251)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.840)	(1.251)
Taxa efetiva	- 73%	24%

14 Contingências

A Companhia não figura em nenhum processo judicial ou administrativo, como ré ou como autora em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

15 Gestão de riscos

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito e de taxas de juros. A Companhia não realiza operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

a. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A

Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos e aplicações financeiras em bancos e instituições financeiras.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito que está representado pela possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade em realizar o seu investimento em aplicações financeiras e conta-corrente.

Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na seleção de bancos com ratings BB, de boa reputação e baixo risco de insolvência.

b. Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e passivos financeiros e relacionamento próximo com as principais instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 9, possuía passivos financeiros remunerados por uma taxa de juros pós-fixada que tem um valor previsto de R\$ 39.565 no seu vencimento em 15 de abril de 2026.

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía exposição a nenhuma moeda estrangeira ou a ativos que tenha exposição a preço de bolsa ou commodities. No entanto, a Companhia possuía exposição a instrumentos financeiros com exposição a juros, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 5, que na sua maioria eram remunerados por uma taxa de juros pós-fixada que tinha valor líquido na data do balanço de R\$ 32.614 (2022: R\$181.006).

Análise de sensibilidade para instrumento com taxa de juros pós-fixada

Uma alteração de 100 pontos base nas taxas de juros, na data do balanço, teria aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de câmbio, permaneceriam constantes.

Em milhares Reais	Resultado do exercício		Patrimônio líquido	
	100 pb aumento	100 pb diminuição	100 pb aumento	100 pb diminuição
31 de dezembro de 2023				
Instrumentos com taxa de juros pós-fixada	(44)	44	1.723	(1.723)

Em milhares Reais	Resultado do exercício		Patrimônio líquido	
	100 pb aumento	100 pb diminuição	100 pb aumento	100 pb diminuição

31 de dezembro de 2022				
Instrumentos com taxa de juros pós-fixada	40	(40)	1.785	(1.785)

16 Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia tem como cotista um fundo de investimento integrante do conglomerado financeiro do qual a Companhia pertence.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi deliberado pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas no montante de R\$ 1.800 (2022: R\$1.500).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve pagamento de pessoal chave. A remuneração foi assumida pelo fundo acionista majoritário da Companhia.

VAREJO PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A.

DOMINGUES E PINHO CONTADORES LTDA.

CRC-RJ 001137/O-0

Glória Cunha dos Santos

CRC-RJ 059.507/O-0 – Contadora

Tatiana Da Costa Menezes Batista

CRC-RJ 128896/O-3 - Contadora